

DIRETRIZES PARA CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS DE APORTE

O presente documento se presta a estabelecer as diretrizes a serem observadas entre o Estado de Pernambuco e a União, na qualidade de interveniente-anuente, para a contratação de Instituição Financeira que atuará como Agente Depositário no âmbito da Concessão.

Os termos iniciados em letra maiúscula, se não definidos no Anexo – Minuta do Contrato de Administração de Recursos, terão o significado a si atribuídos no Contrato de Concessão ou no Edital.

O Anexo apresenta modelo apto a servir de base para as negociações entre as Partes voltadas à nomeação de Agente Depositário e à constituição e operacionalização da Conta Vinculada, devendo-se observar, em todo caso, as diretrizes abaixo indicadas:

- 1) Os termos previstos no Anexo deverão ser observados em conjunto com a sistemática indicada no Contrato de Concessão e no Termo de Compromisso firmado entre Estado de Pernambuco e a União, tanto para fins de negociação do Instrumento junto à Instituição Financeira, quanto para a sua execução ao longo da Concessão;
- 2) Em todo caso, o Contrato de Administração definitivo deverá observar os direitos, obrigações e prazos previstos no Anexo;
- 3) Os termos previstos no Anexo poderão ser adaptados para fins de adequação a minutas e políticas do Agente Depositário, desde que preservados os valores, prazos e condições nele estabelecidas, além das atribuições e faculdades conferidas às Partes na minuta referencial indicada no Anexo.

ANEXO – CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

CELEBRADO ENTRE

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

na qualidade de Depositante

e

[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]

na qualidade de Agente Depositário

INSERIR DATA ASSINATURA

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

Este Contrato de Administração de Recursos é celebrado em [.] de [.] de 202[.], entre:

- (i) **GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura – SEMOBI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º [.] , com sede à [.] , bairro [.] , [Cidade/UF] , CEP [.] , neste ato representada pelo Secretário Sr. [.] , nomeado no âmbito da Portaria n.º [.] , publicada no D.O.E. de [.] , doravante denominado “Depositante” ou “Poder Concedente”;
- (ii) [.] , instituição financeira federal constituída e organizada de acordo com as leis brasileiras, com sede na Cidade de [.] , Estado de [.] , na [.] , inscrita no CNPJ/MF sob o n.º [.] , neste ato devidamente representada de acordo com seu Estatuto Social e doravante designada “Agente Depositário”;

E, na qualidade de interveniente-anuente,

- (iii) **UNIÃO FEDERAL**, por meio da [.] , pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º [.] , com sede à [.] , bairro [.] , [Cidade/UF] , CEP [.] , neste ato representada pelo(a) Secretário(a) Sr(a). [.] , nomeado(a) pela Portaria n.º [.] , publicada no D.O.U de [.] , portador(a) da matrícula funcional n.º [.] , doravante denominada “Interveniente” ou “União”;

Depositante, Agente Depositário e a Interveniente doravante denominados, em conjunto, como “Partes” e individualmente como “Parte”,

CONSIDERANDO QUE

1. Está em curso processo de estruturação de licitação para delegação da concessão patrocinada dos serviços de gestão, operação e manutenção da Rede Metroferroviária da Região Metropolitana de Recife (os “Serviços”);
2. A delegação dos Serviços será realizada na forma de um contrato de concessão patrocinada (o “Contrato de Concessão”) a ser celebrado entre o Poder Concedente e a futura sociedade de propósito específico a ser constituída pela Licitante Vencedora do certame (a “Concessionária” ou “Beneficiária”);
3. A Concessionária será incumbida das obrigações de prestação dos Serviços, incluindo a implementação de intervenções para a requalificação e modernização da rede de transporte público coletivo de passageiros no modo metroferroviário da RMR, em conformidade com o Contrato (os “Investimentos Obrigatórios” na “Rede Metroferroviária”);

4. Para viabilizar a realização dos Investimentos Obrigatórios, o Contrato de Concessão contemplará o pagamento de Aportes Públicos pelo Poder Concedente em benefício da Concessionária (“Aportes Públicos”), a serem efetivamente desembolsados e liberados à Concessionária conforme os marcos contratuais de investimento previstos no Eventograma anexo ao Contrato de Concessão (“Eventograma”) tenham sido comprovadamente concluídos pela Concessionária, seguindo os procedimentos previstos no Contrato de Concessão que indicarão a necessidade de prévia atestação de completude desses investimentos pelo Verificador Independente e pela Agência Reguladora competente;
5. O Contrato de Concessão determina que os Aportes Públicos deverão ser geridos por Instituição Financeira Nacional de Primeira Linha contratada pelo Poder Concedente, que se incumbirá de manter esses recursos em conta especial vinculada, para liberação à medida que forem executados os Investimentos Obrigatórios pela Concessionária;
6. Para assegurar o depósito dos Aportes Públicos, em estrita observância ao que determina o Contrato de Concessão, os seus Anexos e a legislação e regulamentação aplicável, é necessária a contratação de prestador de serviços financeiros idôneo e de reconhecida experiência, sujeito à fiscalização, regulação e normas de conduta emanadas pelo BACEN, que deverá ser responsável por gerir e movimentar a conta especial vinculada em que serão depositados os Aportes Públicos (a “Conta Vinculada”);
7. Para assegurar a disponibilidade de todos os recursos necessários para o efetivo e pontual pagamento à Concessionária dos Aportes Públicos previstos no Contrato de Concessão e no Eventograma, o Poder Concedente e a União firmaram Termo de Compromisso em [] de [] de [] com o objetivo de disciplinar a parceria entre os entes públicos para o custeio dos Aportes Públicos e o procedimento de transferências de recursos por esses entes à Conta Vinculada, a fim de assegurar que a Conta Vinculada sempre contará com os recursos necessários para pagamento à Concessionária dos Aportes Públicos nos prazos previstos no Contrato de Concessão e no Eventograma (“Termo de Compromisso”); e
8. O Poder Concedente deseja assegurar que a administração, gestão e movimentação da Conta Vinculada seja feita pelo Agente Depositário, exclusivamente, sem que sejam necessárias quaisquer autorizações ou aprovações além daquelas previstas neste instrumento;

RESOLVEM AS PARTES, acima qualificadas e nomeadas, de comum acordo, celebrar o presente Contrato de Administração de Recursos (o “Contrato de Administração”), que será regido pelos seguintes termos e condições:

1. Termos Definidos. Os termos aqui empregados iniciados em maiúsculas terão os mesmos significados a eles atribuídos no corpo deste Contrato de Administração ou no Anexo 01 – Definições.

1.1. Extensão dos Termos Definidos. Todos os termos definidos neste Contrato de Administração terão os mesmos significados a eles atribuídos no corpo deste instrumento ou em seu Anexo 01 – Definições sempre que forem empregados em qualquer outro certificado ou documento entregue ou elaborado em relação ao presente Contrato, exceto se houver disposição expressa em sentido contrário.

2. Objeto. Este Contrato de Administração tem por objeto a contratação do Agente Depositário como instituição financeira nomeada para administrar e gerir por meio de Conta Vinculada os Aportes Públicos e efetuar os respectivos pagamentos à Beneficiária, nos termos e condições adiante descritos.

2.1. Da Condição Suspensiva e do Termo de Adesão da Beneficiária. A eficácia das disposições deste Contrato de Administração fica condicionada à assinatura do Contrato de Concessão, momento a partir do qual a Beneficiária deverá aceitar e aderir integralmente aos termos deste Contrato de Administração, de acordo com o modelo de termo de adesão constante do Anexo A (“Termo de Adesão”), obrigando-se a cumprir todos os termos e condições previstos neste Contrato de Administração, na legislação aplicável e no Contrato de Concessão.

2.2. Após a assinatura do Termo de Adesão, a Beneficiária passará a ser considerada, para todos os efeitos deste Contrato de Administração, uma das Partes, juntamente com as outras Partes referidas no Preâmbulo deste Contrato de Administração.

3. Nomeação do Agente Depositário. Pelo presente instrumento, o Depositante nomeia e constitui o Agente Depositário e este desde já aceita essa nomeação, como seu mandatário, outorgando-lhe suficientes poderes para atuar como fiel depositário dos valores a serem depositados na Conta Vinculada de titularidade do Depositante, obrigando-se o Agente Depositário a cumprir todos os termos e condições previstos neste Contrato de Administração, segundo as diretrizes estabelecidas no Anexo 06 – Termo de Compromisso e no Contrato de Concessão, empregando, na execução do mandato ora outorgado, a mesma diligência que empregaria na gerência de seus próprios negócios.

3.1. Remuneração do Agente Depositário. Pelo cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato de Administração, o Agente Depositário fará jus a uma remuneração mensal de acordo com o previsto no Anexo 02 – Remuneração do Agente Depositário.

3.2. Renúncia de Direitos pela Depositante. O Depositante, durante a vigência deste Contrato, renuncia expressamente, de forma irrevogável, irretratável e

incondicional, à prática de quaisquer atos que resultem em movimentação dos valores constantes da Conta Vinculada.

3.2.1. O disposto na Subcláusula acima em nada impede que o Depositante, de acordo com a disciplina da Subcláusula 19.2, decida pela destituição do Agente Depositário e pela subsequente seleção de outra Instituição Financeira Nacional de Primeira Linha para a guarda e gestão dos Aportes Públicos, observadas as disposições do Contrato de Concessão e do Termo de Compromisso.

4. Abertura da Conta Vinculada. Ato contínuo à celebração deste Contrato de Administração por todas as Partes, o Agente Depositário deverá providenciar a abertura de conta especial vinculada do tipo *escrow*, em nome do Depositante, com as seguintes especificações: 1 (uma) conta bancária especial na modalidade *escrow*, de titularidade do Depositante, de movimentação restrita, a ser realizada exclusivamente pelo Agente Depositário, nos termos deste Contrato de Administração e do Anexo 06 - Termo de Compromisso (a “Conta Vinculada”).

4.1. Vigência da Conta Vinculada. O Agente Depositário deverá manter a Conta Vinculada aberta durante toda a vigência deste Contrato de Administração, que não poderá ser encerrado antes de que seja atestada a completude de todos os Marcos Contratuais previstos no Eventograma do Anexo 1-G do Contrato de Concessão nos termos previstos no Contrato de Concessão.

5. Poderes Conferidos ao Agente Depositário. O Depositante, por este ato, confere ao Agente Depositário plenos poderes para administrar e gerir os recursos depositados na Conta Vinculada e fazer as transferências devidas para a conta indicada no Anexo 03 – Conta para Depósito de Valores deste Contrato de Administração, ou outras indicadas em estrita conformidade com o previsto neste instrumento. Em razão dos poderes ora conferidos, o Agente Depositário fica, por meio deste Contrato de Administração, autorizado a movimentar recursos da Conta Vinculada estritamente de acordo com o presente instrumento, sem que qualquer ordem, instrução ou formalidade adicional venha a ser necessária, salvo se prevista neste instrumento.

5.1. Consequências da Outorga de Poderes. Em decorrência do disposto nesta Cláusula 5, as Partes concordam que, durante a vigência deste Contrato de Administração, os recursos destinados ao pagamento de Aportes Públicos depositados na Conta Vinculada não poderão ser utilizados para outro fim que não o previsto neste Contrato de Administração e do Anexo 06 – Termo de Compromisso, independentemente de qualquer notificação por parte da Beneficiária ou do Depositante em sentido contrário, sob pena de responsabilização do Agente Depositário por descumprimento dos termos e condições deste instrumento, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis na forma da legislação aplicável.

5.2. Natureza da Outorga de Poderes. As Partes desde já concordam que a outorga de poderes realizada para os fins desta Cláusula 5 é condição para a realização de outros negócios jurídicos dos quais o Depositante é ou será parte, de forma que, nos termos do artigo 684 do Código Civil, não poderá haver a revogação total ou parcial de tal outorga enquanto o presente Contrato de Administração estiver em vigor e for eficaz.

6. Adesão da Beneficiária. O Depositante, na qualidade de Poder Concedente, compromete-se a garantir e promover, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a adesão da Beneficiária a este Contrato de Administração imediatamente como condição prévia à celebração do Contrato de Concessão, por meio da assinatura do Termo de Adesão pela Beneficiária.

6.1. Exceto nos casos expressamente previstos neste Contrato de Administração, os deveres e responsabilidades da Beneficiária estarão limitados aos termos deste instrumento, sendo certo que os mecanismos de segregação de recursos contemplados neste Contrato de Administração somente poderão ser alterados por meio de instrumento escrito assinado pelas Partes e apenas na medida do permitido pelo Contrato de Concessão.

7. Escopo dos Serviços Contratados. O presente Contrato de Administração envolve a prestação dos seguintes serviços pelo Agente Depositário, sem prejuízo das demais obrigações constantes deste Contrato:

- (i) gestão da Conta Vinculada, abrangendo, dentre outras atividades, as seguintes: (a) acolhimento e controle dos valores dos Aportes Públicos depositados; e (b) realização e controle das transferências de recursos da Conta Vinculada para a conta indicada no Anexo 03 – Conta para Depósito de Valores, com vistas à liberação das parcelas dos Aportes Públicos indicada no Eventograma à Beneficiária, à medida que essa forneça o Atestado de Completude emitido pelo Verificador Independente, ratificado pela Agência;
- (ii) aplicação do patrimônio depositado na Conta Vinculada de acordo com o estabelecido na Cláusula 13 e no Anexo 04 – Investimentos Permitidos;
- (iii) emissão de relatórios periódicos para o Depositante e para a Beneficiária, incluindo detalhada demonstração das movimentações, inclusive rendimentos das aplicações financeiras; e
- (iv) outros serviços correlatos.

8. Obrigações operacionais do Agente Depositário. Constituem obrigações operacionais do Agente Depositário, sem prejuízo de outras previstas neste Contrato de Administração, as seguintes:

- (i) abrir e movimentar a Conta Vinculada em nome do Depositante e de acordo com as disposições deste Contrato de Administração, do Contrato de Concessão e do Termo de Compromisso;
- (ii) operacionalizar, manter e movimentar os recursos depositados na Conta Vinculada, nos termos das disposições deste Contrato de Administração, do Contrato de Concessão e do Termo de Compromisso;
- (iii) receber e realizar a conferência dos Atestados de Completude enviados pela Beneficiária para verificar a regularidade do documento, bem como a existência de sua ratificação pela Agência;
- (iv) realizar eventuais retenções devidas, conforme disposto neste Contrato de Administração;
- (v) reportar ao Depositante e à Beneficiária eventuais inconsistências apuradas durante os processos de conferência dos Atestados de Completude e de pagamentos;
- (vi) reportar imediatamente ao Depositante e à Beneficiária quaisquer notificações, judiciais ou não, que possam comprometer ou afetar os recursos da Conta Vinculada, inclusive penhora judicial *online*;
- (vii) arquivar e manter registros de movimentação da Conta Vinculada por prazo não inferior a 5 (cinco) anos, observadas as hipóteses em que a legislação exigir prazo superior;
- (viii) emitir relatórios e prestar informações nos termos da Cláusula 11;
- (ix) disponibilizar ao Depositante e à Beneficiária acesso *online* aos extratos da Conta Vinculada;
- (x) prestar outras informações sobre a Conta Vinculada e sobre o desembolso dos Aportes Públicos ao Poder Concedente ou para a Agência, se por estes requisitadas;
- (xi) aplicar os recursos financeiros da Conta Vinculada de acordo com as regras constantes do Anexo 04 – Investimentos Permitidos;
- (xii) não oferecer empecilhos à atuação de empresas de auditoria, inclusive do Verificador Independente, desde que autorizadas a atuar pelo Depositante, facultando-lhes acesso a quaisquer documentos relacionados aos serviços prestados no âmbito deste Contrato de Administração;
- (xiii) declarar às autoridades tributárias competentes todos os rendimentos obtidos nos termos deste Contrato de Administração, bem como fornecer toda e qualquer informação exigida por Lei; e

(xiv) desempenhar atividades acessórias que sejam eventualmente pactuadas.

8.1. Cumprimento de Instruções. O Agente Depositário somente estará obrigado a cumprir qualquer instrução para a aplicação ou liberação do saldo da Conta Vinculada, no todo ou em parte, ou de seguir qualquer aviso ou instrução de qualquer pessoa ou entidade, se ela estiver de acordo com os termos e condições deste Contrato de Administração, do Contrato de Concessão e do Termo de Compromisso.

9. Obrigações do Depositante. Constituem obrigações do Depositante, dentre outras previstas nas demais Cláusulas deste Contrato de Administração, as seguintes:

- (i) outorgar os poderes necessários e suficientes a fim de que o Agente Depositário possa desempenhar suas atividades de forma autônoma, em estrita consonância com o admitido pela legislação do setor e com as disposições deste Contrato de Administração, do Contrato de Concessão e do Termo de Compromisso;
- (ii) não oferecer qualquer tipo de embaraço à movimentação e gestão da Conta Vinculada pelo Agente Depositário, desde que efetuada nos termos deste Contrato de Administração, do Contrato de Concessão e do Termo de Compromisso;
- (iii) informar ao Agente Depositário com, no mínimo, 05 (cinco) dias de antecedência sobre a atuação de empresas de auditoria em relação às atividades objeto deste Contrato de Administração;
- (iv) fazer publicar regularmente em sítios oficiais na *internet* dados e informações relativos às movimentações da Conta Vinculada para garantir completa transparência na gestão financeira do Contrato de Concessão; e
- (v) responsabilizar-se integralmente perante o Agente Depositário e a Beneficiária de que todos os recursos destinados ao pagamento dos Aportes Públicos estarão tempestivamente disponíveis na Conta Vinculada para pagamento à Concessionária conforme o cronograma de disponibilização previsto no Contrato de Concessão e no Eventograma, incluindo a necessidade de observar o reajuste dos valores devidos na forma do Contrato de Concessão, bem como o pagamento de eventuais juros de mora devidos em caso de atraso na disponibilização desses recursos, sem prejuízo do exercício de eventual direito de regresso pelo Depositante em face da União em virtude de atrasos e encargos de mora aplicáveis ao Depositante decorrentes de atraso ou descumprimento da União na disponibilização dos recursos sob sua responsabilidade, nos termos do Termo de Compromisso.

10. Remuneração do Agente Depositário e Ressarcimento por Custos Incorridos. O Agente Depositário fará jus a uma remuneração mensal pelos serviços prestados nos termos deste Contrato de Administração, a ser paga conforme disposto no Anexo 02 – Remuneração do Agente Depositário.

10.1. Ressarcimento de Despesas. Todas as despesas e custos, incluindo tributos, desembolsos e adiantamentos, inclusive honorários e despesas de advogados incorridos ou despendidos pelo Agente Depositário com relação à elaboração, assinatura, cumprimento, celebração, alteração ou rescisão deste Contrato de Administração, desde que previamente autorizados pelo Depositante, serão por esse reembolsados.

10.2. Compensação e Retenção de Valores. As Partes desde já autorizam o Agente Depositário a reter, compensar e/ou garantir os valores por ele detidos para pagamento dos valores descritos nesta Cláusula.

10.3. Liberação de Recursos ao Agente Depositário. Todos e quaisquer pagamentos devidos ao Agente Depositário em razão deste Contrato de Administração deverão estar livres e disponíveis na data acordada, de tal forma que o valor líquido a ser recebido pelo Agente Depositário após a dedução dos impostos incidentes sobre tais pagamentos seja igual aos valores estabelecidos neste Contrato de Administração, em especial em seu Anexo 02 – Remuneração do Agente Depositário.

10.4. Reajuste da Remuneração do Agente Depositário. A remuneração devida ao Agente Depositário será reajustada a cada período de 12 (doze) meses com base na variação integral do [Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo IBGE], no referido período, ou com base na variação de outro índice econômico que venha a substituí-lo.

11. Emissão de Relatórios. O Agente Depositário deverá emitir relatório mensal, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês civil, contendo informações a respeito de toda e qualquer movimentação da Conta Vinculada no mês anterior, incluindo, sem limitação, transferências realizadas para a Beneficiária, rendimentos das aplicações financeiras, eventual ingresso de recursos, dentre outras.

11.1. Solicitação de Outros Relatórios. Outros relatórios, com periodicidades distintas e relacionados ao cumprimento das atividades descritas neste Contrato de Administração, poderão ser solicitados pelo Depositante, sendo enviada cópia para a Agência, conforme estes julguem necessário, por meio de notificação escrita que contenha a descrição precisa das informações a serem reunidas no relatório solicitado.

11.2. Formato dos Relatórios e Destinatários. O teor e o formato dos relatórios a serem enviados pelo Agente Depositário para o Depositante, com cópia para a

Agência, sejam aqueles previstos nesta Cláusula ou outros disciplinados nas demais cláusulas deste Contrato de Administração, serão definidos de comum acordo entre o Agente Depositário e o Depositante, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da assinatura deste Contrato.

12. Conferência de Informações e Transferências. O Agente Depositário permanecerá responsável, durante toda a vigência deste Contrato de Administração, até que sejam concluídos os Investimentos Obrigatórios, pelo procedimento de verificação dos Atestados de Completude fornecidos pela Beneficiária, incluída a verificação da presença da ratificação da Agência, de modo a permitir a liberação dos valores da Conta Vinculada necessários ao desembolso dos Aportes Públicos.

12.1. Conferência de Informações. O Agente Depositário deverá (i) confrontar os Atestados de Completude emitidos pelo Verificador Independente e recebidos da Beneficiária ao que consta do Eventograma e (ii) verificar a existência de ratificação da Agência, e, caso inexistam discrepâncias ou inconsistências, efetuar as transferências dos valores respectivos para a Beneficiária, notificando o Depositante acerca da transferência.

12.2. Prazo para Desembolso. O prazo máximo para desembolso das parcelas dos Aportes Públicos para a conta bancária indicada pela Beneficiária, conforme consta do Anexo 03 – Conta para Depósito de Valores, é de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento pelo Agente Depositário dos Atestados de Completude, devidamente ratificados pela Agência, mediante entrega pela Beneficiária.

12.3. Discrepância de Informações. Constatada qualquer discrepância ou inconsistência entre as informações fornecidas pela Beneficiária e o Eventograma ou caso seja constatada a ausência de ratificação da Agência, o Agente Depositário deverá notificar imediatamente as Partes e a Agência, na forma prevista neste Contrato de Administração, para que essas cheguem a um acordo sobre os valores efetivamente devidos. Qualquer pagamento objeto de divergência somente será liberado após acordo entre o Poder Concedente e a Beneficiária, devidamente informado ao Agente Depositário, devendo até então os valores controversos permanecerem sob a custódia do Agente Depositário e investidos nos termos da Cláusula 13 abaixo e do Anexo 04 – Investimentos Permitidos, sem prejuízo do pagamento tempestivo dos valores incontroversos nos termos deste Contrato de Administração.

12.3.1. Pagamento dos Valores Controversos. Caso o Poder Concedente e a Beneficiária cheguem a um acordo na forma prevista acima, o Agente Depositário deverá efetuar a transferência dos recursos devidos em até 2 (dois) dias úteis após a reapresentação do Atestado de Completude, devidamente ratificado.

12.3.2. Pagamento dos Valores Incontroversos. O Agente Depositário deverá proceder ao pagamento dos valores incontroversos dos Aportes Públicos à Beneficiária dentro de 2 (dois) dias úteis do recebimento de comunicado que indique o valor dos Aportes Públicos que o Poder Concedente e a Beneficiária entendem ser incontroverso.

13. Investimento dos Recursos Disponíveis. Durante a vigência do presente Contrato de Administração, os recursos que estiverem disponíveis na Conta Vinculada (“Recursos Disponíveis”) deverão ser investidos nos termos previstos no Anexo 04 – Investimentos Permitidos.

13.1. Rendimentos da Conta Vinculada. Os rendimentos auferidos com o investimento do patrimônio da Conta Vinculada deverão ser utilizados pelo Agente Depositário, juntamente com o principal, para o pagamento dos Aportes Públicos previstos no Eventograma com os devidos reajustes previstos no Contrato de Concessão.

13.2. Saldo excedente de recursos na Conta Vinculada. Caso os rendimentos obtidos na Conta Vinculada superem os valores necessários para pagamento dos Aportes Públicos, o saldo excedente poderá ser destinado pelo Poder Concedente, observados os termos e parâmetros acordados entre o Poder Concedente e a União no âmbito do Termo de Compromisso, para (i) eventual reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, (ii) custeio de Investimentos Adicionais na Concessão ou (iii) eventual outra finalidade prevista no Termo de Compromisso, o que se efetivará em qualquer caso mediante prévia notificação do Poder Concedente ao Agente Depositário, com cópia para a Interviente e para a Beneficiária.

13.3. Necessidade de complementação de recursos pelo Depositante. Caso os rendimentos obtidos da Conta Vinculada não sejam suficientes para o pagamento dos Aportes Públicos devidamente reajustados na forma prevista no Contrato, o Agente Depositário notificará o Depositante para que deposite os recursos complementares que forem necessários, sem prejuízo de eventuais juros de mora devidos à Concessionária em caso de atraso no pagamento dos Aportes Públicos previstos no Contrato.

13.4. Liquidação Antecipada dos Investimentos Permitidos. O Agente Depositário poderá vender ou liquidar antecipadamente os Investimentos Permitidos nos casos expressamente permitidos por este Contrato de Administração.

13.5. Limitação de Responsabilidade do Agente Depositário. As Partes reconhecem que o Agente Depositário não terá qualquer responsabilidade por qualquer perda, prejuízo, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa decorrentes de qualquer investimento, reinvestimento, transferência ou

liquidação dos recursos depositados, desde que feitos em acordo com os termos deste Contrato de Administração e em especial com o disposto no Anexo 04 - Investimentos Permitidos. O Agente Depositário será isento de qualquer responsabilidade ou obrigação caso o resultado do investimento ou o resultado da liquidação do investimento seja inferior ao que poderia ter sido de outra forma obtido pelo Depositante se tal investimento ou liquidação não tivesse ocorrido, a menos que, em qualquer dos casos acima, tal perda, reivindicação, demanda, dano, tributo ou despesa tenha resultado de culpa ou dolo do Agente Depositário.

14. Ordens Oficiais. Caso o Agente Depositário receba qualquer Ordem Oficial que afete ou possa afetar os recursos ou a gestão da Conta Vinculada, deverá enviar à Autoridade que a expediu, em no máximo 1 (um) dia útil, comunicado em que esclareça ser a Conta Vinculada de titularidade do Depositante para cumprimento das obrigações da Beneficiária no Contrato de Concessão em relação à realização dos Investimentos Obrigatórios. O Agente Depositário deverá prestar outras informações, caso requeridas pela autoridade emissora da Ordem Oficial, e será autorizado a cumprir a Ordem Oficial da forma que julgue ou que seus consultores julguem adequado, não sendo responsabilizado, perante qualquer das Partes ou perante qualquer pessoa ou entidade, por ter cumprido tal ordem mesmo que ela seja alterada ou revogada ou, de outra forma, determinado como não tendo força ou efeito legal.

14.1. Medidas em Caso de Ordens Oficiais. A prestação de informações na forma prevista nesta Cláusula 14 não impedirá que o Depositante ou a Beneficiária tomem medidas próprias para proteger os recursos e a liquidez da Conta Vinculada, de modo que o Agente Depositário as deverá cientificar do inteiro teor da Ordem Oficial imediatamente, bem como de toda e qualquer medida que venha a tomar.

15. Movimentação da Conta Vinculada. A Conta Vinculada será movimentada única e exclusivamente pelo Agente Depositário, na forma deste Contrato de Administração.

15.1. Autorização ao Agente Depositário. O Depositante autoriza, pelo presente, e a Beneficiária autorizará, mediante assinatura do Termo de Adesão, o Agente Depositário a processar na Conta Vinculada os débitos ou créditos de todas as importâncias a serem pagas ou recebidas na forma do presente Contrato de Administração, incluindo as despesas ordinárias incorridas no cumprimento das atribuições conferidas ao Agente Depositário por força deste Contrato de Administração. Despesas excepcionais incorridas pelo Agente Depositário na gestão da Conta Vinculada, incluídas aquelas previstas pela Subcláusula 10.1, deverão ser previamente autorizadas pelo Depositante para ressarcimento posterior.

16. Avisos, Comunicações e Notificações. As notificações, comunicações, citações e intimações a serem enviadas entre as Partes tendo como objeto as obrigações pactuadas no âmbito deste Contrato de Administração, ou a ele referentes, deverão ser processadas

por meio de carta com aviso de recebimento, correio eletrônico com aviso de recebimento, para os endereços constantes do Anexo 07 – Endereços para Envio de Correspondência, observado o disposto nas Subcláusulas 16.417 e 16.6 abaixo.

16.1. Recebimento de Comunicações. As notificações e comunicações efetuadas de acordo com esta Cláusula serão consideradas recebidas na data do comprovante de entrega de correspondência ou correio eletrônico.

16.2. Alteração dos Dados para Comunicação. Em caso de alteração dos dados indicados no Anexo 07 – Endereços para Envio de Correspondência, as Partes deverão comunicar tal fato imediatamente, sob pena de reputarem-se válidas eventuais comunicações, citações, intimações ou notificações feitas para o endereço ou número anterior.

16.3. Limitação de Responsabilidade do Agente Depositário. O Depositante concorda em indenizar o Agente Depositário com relação a quaisquer perdas, obrigações, ações judiciais ou despesas de qualquer natureza atribuíveis ou resultantes do acatamento e execução de instruções ou comunicações, em conformidade com o disposto na presente Cláusula, ou de quaisquer erros na transmissão de instruções e comunicações, ressalvada a hipótese de culpa exclusiva do Agente Depositário.

16.3.1. Em hipótese alguma poderão quaisquer das Partes responsabilizar o Agente Depositário ou qualquer de seus diretores, administradores ou funcionários por quaisquer prejuízos sofridos em decorrência de o Agente Depositário ou qualquer de seus administradores ou funcionários terem observado ou cumprido quaisquer dos termos e condições aqui previstos, consideradas pelo Agente Depositário como sendo autênticos, salvo no caso de negligência ou omissão do Agente Depositário.

16.4. Questionamentos da Autenticidade de Comunicações. Na hipótese de dúvida quanto à autenticidade ou em outros casos em que julgar necessário, ao Agente Depositário é reservado o direito, desde que previamente comunicado às Partes, de recusar-se a cumprir quaisquer instruções ou comunicações fornecidas ou efetuadas por correio eletrônico, hipótese em que deverá solicitar a confirmação da instrução mediante apresentação do documento no original, devidamente assinado.

16.4.1. Caso verificada a hipótese supra, e, deixando o Agente Depositário de comunicar às Partes a respeito do não cumprimento das ordens ou instruções repassadas nos termos desta Cláusula 16, o Agente Depositário poderá ser responsabilizado por eventuais prejuízos decorrentes do não cumprimento das ordens ou instruções.

16.5. Meios Eletrônicos de Comunicação. As Partes concordam com a utilização de métodos eletrônicos para envio (i) dos Atestados de Completude e atos de ratificação da Agência; e (ii) de relatórios emitidos pelo Agente Depositário nos termos da Cláusula 6, item (iii), acima.

16.5.1. Todos os documentos e informações a serem transmitidos nos termos desta Subcláusula 16.5 deverão seguir formatos e padrões acordados entre as partes, de forma a garantir a segurança, a utilidade e a veracidade das comunicações.

16.6. Para fins do disposto na Cláusula 16, a Beneficiária, ao formalizar a sua adesão a este Contrato de Administração, nos termos da Subcláusula 2.1 e da Cláusula 6, deverá informar às outras Partes o endereço para recebimento das notificações, comunicações, citações e intimações relativas às obrigações assumidas no âmbito deste Contrato de Administração ou a ele referentes, conforme o modelo constante do Anexo A.

17. Declarações e Garantias. O Agente Depositário, neste ato, declara e garante às Partes que:

- (i) é uma instituição financeira devidamente constituída e validamente existente segundo as leis da República Federativa do Brasil e detém todas as aprovações societárias, licenças e permissões necessárias com relação a seus ativos e para condução dos negócios em que atualmente está envolvido;
- (ii) detém plenos poderes, capacidade e autoridade para firmar este Contrato de Administração, cumprir as obrigações ora assumidas, tendo praticado todos os atos societários necessários para a celebração deste Contrato de Administração;
- (iii) não tem conhecimento de qualquer conflito de interesses em celebrar o presente Contrato de Administração que possa afetar sua imparcialidade no desenvolvimento de suas funções como Agente Depositário;
- (iv) possui ciência e conhecimento de todos os termos e obrigações referentes à sua atuação como Agente Depositário, conforme especificados neste Contrato de Administração; e
- (v) empregará, no cumprimento das obrigações previstas neste Contrato de Administração, o mesmo cuidado e zelo que dedica aos seus próprios negócios, sob pena de, comprovada sua culpa ou dolo, ter de indenizar o Depositante e/ou a Beneficiária pelos prejuízos comprovadamente sofridos.

18. Confidencialidade. Em função da vinculação deste Contrato de Administração ao Contrato de Concessão e aos Serviços, os dados e informações atinentes a este Contrato de Administração somente serão protegidos por qualquer forma de sigilo ou confidencialidade na forma da legislação aplicável ao setor financeiro e às atividades bancárias.

19. Prazo, Renúncia e Destituição. Este Contrato de Administração entra em vigor na data de sua celebração, observado o disposto pela Subcláusula 2.1, e permanecerá vigente até o desembolso da última parcela dos Aportes Públicos e da utilização de eventual saldo excedente, na forma do Item 13.2, acima, de forma a abarcar o prazo necessário para o cumprimento de todos os marcos constantes do Eventograma constante do Anexo 5, podendo ser renovado no caso de atraso na execução dos Investimentos Obrigatórios pela Beneficiária ou de inclusão de Investimentos Adicionais no Contrato de Concessão, ressalvadas as hipóteses de renúncia, destituição e rescisão descritas nos itens abaixo.

19.1. Renúncia do Agente Depositário. O Agente Depositário poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato aqui conferido, mediante envio de aviso prévio e por escrito ao Depositante e à Beneficiária com pelo menos 120 (cento e vinte) dias de antecedência (a “Notificação de Renúncia”).

19.1.1. Na hipótese de renúncia do Agente Depositário, o Depositante deverá indicar, em até 60 (sessenta) dias contados do recebimento da Notificação de Renúncia e por aviso escrito dirigido ao Agente Depositário, um sucessor para substituí-lo (o “Novo Agente Depositário”) que seja Instituição Financeira Nacional de Primeira Linha, com o qual deverá ser celebrado instrumento que atenda ao Contrato de Concessão e ao Termo de Compromisso.

19.2. Destituição do Agente Depositário. O Depositante poderá, a qualquer momento, destituir o Agente Depositário, mediante envio de aviso prévio e por escrito com pelo menos 120 (cento e vinte) dias de antecedência, informando, pelo menos, sobre a sua destituição, a data a partir da qual a destituição surtirá efeitos, bem como sobre o Novo Agente Depositário que atuará como seu sucessor na função de Agente Depositário (“Notificação de Destituição”).

19.2.1. A destituição do Agente Depositário poderá ocorrer desde que (i) precedida de comunicação à Beneficiária; (ii) o Novo Agente Depositário seja Instituição Financeira Nacional de Primeira Linha; (iii) o instrumento firmado com o Novo Agente Depositário observe os termos e condições previstos pelo Contrato de Concessão e no Termo de Compromisso; e (iv) não haja solução de continuidade dos serviços prestados pelo Agente Depositário no âmbito do Contrato de Administração.

19.3. Consequências da Renúncia ou Destituição. Nas hipóteses de renúncia ou destituição, fica o Agente Depositário autorizado a reter o valor equivalente a: (i) qualquer quantia que lhe seja devida e pagável nos termos do presente

Contrato de Administração, acrescida dos custos e despesas relacionados à renúncia e/ou destituição, conforme o caso, e desde que devidamente comprovados; e (ii) todos e quaisquer tributos que sejam incidentes sobre os valores por ele administrados ou sobre as operações objeto deste Contrato de Administração, em relação aos quais esteja obrigado a proceder ao recolhimento, nos termos da legislação vigente.

19.3.1. A renúncia ou destituição do Agente Depositário sem que tenha sido firmado um Contrato de Administração entre o Depositante e um Novo Agente Depositário, em nenhuma hipótese liberará o Agente Depositário de manter em depósito na Conta Vinculada os Aportes Públicos e de realizar a gestão destes valores em estrita conformidade com este Contrato de Administração.

19.4. Rescisão deste Contrato de Administração. Este Contrato de Administração poderá ser rescindido por qualquer das Partes, independentemente de aviso prévio:

- (i) se qualquer das Partes descumprir quaisquer de suas obrigações que sejam essenciais à preservação das avenças contidas neste instrumento e tal descumprimento não for sanado no prazo de 30 (trinta) dias da notificação da Parte afetada;
- (ii) se o Contrato de Concessão for extinto por qualquer motivo, inclusive pela declaração de falência da Beneficiária;
- (iii) desistência, por parte do Depositante, de realização da Concorrência para delegação do Contrato de Concessão, que deverá ser comunicada formal e expressamente pelo Depositante ao Agente Depositário, consubstanciada em ato do Conselho do Programa de Parcerias em Investimentos do Governo Federal - CPPI; e
- (iv) se for decretada intervenção ou liquidação extrajudicial ou regime de administração especial temporária (RAET) do Agente Depositário.

19.4.1. Designação de Novo Agente Depositário. Nas hipóteses previstas pelos itens (i) e (iv) acima, os recursos da Conta Vinculada deverão ser transferidos a Novo Agente Depositário indicado pelo Depositante, com ciência da Beneficiária, que seja Instituição Financeira de Primeira Linha e com o qual seja celebrado contrato para gestão de contas que atenda ao Contrato de Concessão e ao Termo de Compromisso. O Agente Depositário não poderá ser liberado de suas atribuições nos termos deste Contrato de Administração até que seja firmado o Contrato de Administração entre o Depositante e o Novo Agente Depositário.

19.4.2. Extinção do Contrato de Concessão e Reversão ao Poder Concedente. A extinção do Contrato de Concessão ensejará, além da rescisão do Contrato de Administração nos termos da Subcláusula 19.4, a reversão de qualquer valor remanescente dos Aportes Públicos na Conta Vinculada, incluídos os respectivos rendimentos de aplicações financeiras, ao Depositante, observado o disposto no Termo de Compromisso.

19.5. Afastamento de Responsabilidade do Agente Depositário. Em nenhuma circunstância, o Agente Depositário deverá ser responsabilizado:

- (i) por agir de acordo com qualquer instrução, aviso, demanda, notificação ou documento das Partes, emitidos nos termos deste Contrato de Administração;
- (ii) por quaisquer perdas e danos indiretos e lucros cessantes, salvo se decorrentes de dolo ou culpa do Agente Depositário; e
- (iii) pelos resultados das aplicações financeiras dos Recursos Disponíveis, observado o disposto no Anexo 04 – Investimentos Permitidos.

20. Lei Aplicável. Este Contrato de Administração será regido e interpretado de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

21. Solução de Controvérsias. Caso quaisquer conflitos surjam em relação a este Contrato de Administração, as Partes deverão emendar seus melhores esforços para sua solução, sendo que, caso as Partes não cheguem a um consenso, qualquer Parte poderá enviar às demais uma notificação para que referido conflito seja submetido à arbitragem de acordo com esta Cláusula 21.1 (a “Notificação de Arbitragem”).

21.1. Arbitragem. Mediante a entrega e recebimento de uma Notificação de Arbitragem, o conflito deverá ser resolvido de forma definitiva por arbitragem constituída perante e de acordo com as regras do Conselho de Arbitragem de Controvérsias da Câmara de Comércio Internacional em vigor, no que não contrariarem os termos deste Contrato de Administração.

21.2. O local da arbitragem será a Cidade de Recife, Estado de Pernambuco. A arbitragem deverá ser conduzida em português e os árbitros nomeados deverão estar habilitados a arbitrar disputas de natureza semelhante, possuindo experiência e conhecimento técnico necessários.

21.3. O tribunal arbitral será composto por 03 (três) árbitros, sendo 01 (um) nomeado pelo Agente Depositário, 01 (um) nomeado de forma consensual e conjunta pela Beneficiária e pelo Depositante e o terceiro, que será o presidente do tribunal arbitral, nomeado por consenso entre os dois primeiros árbitros.

21.4. As Partes concordam que as decisões proferidas pela Arbitragem serão definitivas e vincularão as partes e a sentença arbitral poderá incluir dispositivo sobre a alocação de custos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e pequenas despesas.

21.5. Não será admitido uso de equidade na decisão de qualquer conflito por arbitragem.

21.6. As Partes, neste ato, acordam que cada uma deverá arcar com seus próprios custos durante a condução da arbitragem e a parte à qual for proferida uma sentença arbitral desfavorável deverá reembolsar a outra parte por toda e qualquer despesa e custo razoável incorrido, inclusive, mas sem limitação, o pagamento de honorários advocatícios e despesas com viagens.

21.7. Renúncia a Outro Tribunal. As Partes renunciam a qualquer outro tribunal que de outra forma teria competência para julgar qualquer matéria submetida à arbitragem nos termos desta Cláusula, salvo medidas judiciais necessárias para a efetivação da arbitragem ou assecuratórias de direitos, enquanto não constituído o tribunal arbitral.

21.8. Foro de Execução. As Partes elegem a Comarca da Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, como a competente para a finalidade exclusiva de executar uma decisão arbitral emitida nos termos desta Cláusula ou para medidas judiciais admitidas na forma da Subcláusula 21.7 acima, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

22. Caso Fortuito e da Força Maior. Nenhuma das Partes será responsável perante as demais nas hipóteses de prejuízo ou incapacidade de desempenhar as obrigações contidas no presente instrumento em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 333 do Código Civil.

22.1. Cabimento de Caso Fortuito ou de Força Maior. As hipóteses de caso fortuito e força maior incluem, mas não se limitam a qualquer ato ou disposição de qualquer futura lei, resolução ou regulamentação de qualquer autoridade pública, incêndio, inundações, greve, falhas de transmissão ou equipamentos, dentre outras causas justificadamente alheias ao controle das Partes.

23. Das Disposições Finais.

23.1. Exclusividade do Agente Depositário. O Agente Depositário terá exclusividade para prestar os serviços descritos neste Contrato de Administração durante sua vigência.

23.2. Invalidade de Disposições. Qualquer disposição deste Contrato de Administração que venha a ser considerada inexecutável não afetará as demais disposições aqui contidas, as quais permanecerão válidas e em pleno vigor e

eficácia, devendo as Partes entabular de comum acordo disposição substituta àquela considerada inexecutável.

23.3. Ausência de Renúncia; Cumulatividade de Direitos. Qualquer atraso ou renúncia das Partes em exercer seus poderes ou direitos decorrentes deste Contrato de Administração não implicará nem deverá ser interpretada como uma renúncia ou novação. Os direitos e ações previstos neste Contrato de Administração são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente e não excluem quaisquer outros direitos ou ações previstos em Lei.

23.4. Alterações. Este Contrato de Administração somente poderá ser alterado mediante instrumento escrito assinado por todas as Partes, e nenhuma renúncia aos termos deste Contrato de Administração terá efeito salvo se feita por escrito e assinada pela Parte interessada.

23.5. Execução Específica. Para os fins do presente Contrato de Administração, as Partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações assumidas por qualquer das Partes, conforme estabelecido pelo Código de Processo Civil.

23.6. Cessão. Nenhuma das Partes poderá ceder este Contrato de Administração bem como as obrigações dele decorrentes, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento por escrito de todas as Partes.

23.7. Vedação ao Uso de Marcas. Nenhuma das Partes poderá usar da marca registrada, logomarca ou nome comercial da outra como referência sem o consentimento expresso e por escrito desta última. Qualquer autorização recebida nesse sentido será entendida restritivamente, como concedida em caráter precário, exclusivamente para aquela finalidade.

23.8. Tempo para a Prática de Atos. Qualquer data prevista neste Contrato de Administração que ocorra em dia não útil fica automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil seguinte.

E POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E CONTRATADAS, as Partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e conteúdo.

[•], [•] de [•] de 202[•]

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA - SEMOBI

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

[INSTITUIÇÃO FINANCEIRA]

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

UNIÃO FEDERAL

_____	_____
Nome:	Nome:
Cargo:	Cargo:

TESTEMUNHAS

1. _____	2. _____
Nome:	Nome:
RG:	RG:

ANEXOS AO CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS

Anexo A: Termo de Adesão

Anexo 01: Definições

Anexo 02: Remuneração do Agente Depositário

Anexo 03: Conta para Depósito dos Valores

Anexo 04: Investimentos Permitidos

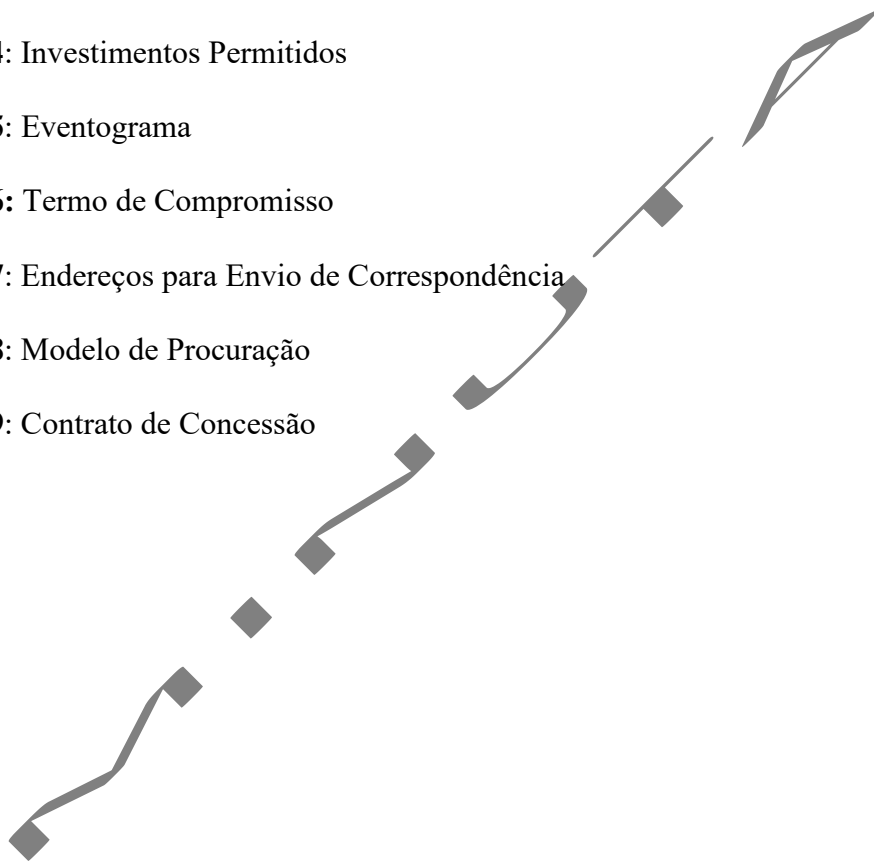
Anexo 05: Eventograma

Anexo 06: Termo de Compromisso

Anexo 07: Endereços para Envio de Correspondência

Anexo 08: Modelo de Procuração

Anexo 09: Contrato de Concessão



ANEXO A
MODELO DE TERMO DE ADESÃO

Recife, [•] de [•] de [•].

Ao/À

[AGENTE DEPOSITÁRIO]

[Endereço]

[Cidade/Estado]

CEP [•]

E-mail: [•]

At.: [•] [*Nota: favor confirmar*]

Com cópia para o Poder Concedente:

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA - SEMOBI

[Endereço]

[Cidade/Estado]

CEP [•]

E-mail: [•]

At.: [•] [*Nota: favor confirmar*]

Com cópia para o Interviente:

[**ÓRGÃO/ENTIDADE REPRESENTANTE DA UNIÃO NO TERMO DE COMPROMISSO**]

[•]

Recife/Pernambuco

CEP [•]

E-mail: [•]

At.: [•] [*Nota: favor confirmar*]

A

Ref.: Termo de Adesão ao Contrato de Administração de Recursos

Prezados,

Fazemos referência ao Contrato de Administração de Recursos celebrado por e entre V. Sas. em [●] de [●] de 202[●] (“Contrato de Administração”), relativo a avenças sobre a contratação de uma instituição financeira para a prestação de serviços de guarda e administração dos recursos dos Aportes Públicos no contexto do Contrato de Concessão.

Termos aqui mencionados com letra inicial maiúscula deverão ser interpretados de acordo com o significado que lhes é atribuído no Contrato de Administração.

Por meio deste ato, comprometemo-nos a prestar e cumprir com todas as obrigações atribuídas à Beneficiária no Contrato de Administração, aderindo e concordando em cumprir com todos os termos e condições dispostos no Contrato de Administração.

Para fins do disposto na Subcláusula 16.6 do Contrato de Administração, qualquer aviso, instrução ou outra comunicação exigidos ou permitidos nos termos do Contrato de Administração, destinado a nós, deverão ser dados por escrito através de entrega em mãos, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, devendo ser encaminhado ao seguinte endereçamento:

[RAZÃO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA]

[Endereço]

Recife/PE

CEP [●]

E-mail: [●]

At.: [●] [Nota: favor confirmar]

Por fim, manifestamos nossa expressa aderência aos termos e condições constantes na Cláusula 21 do Contrato de Administração, relativas à solução de controvérsias por arbitragem.

Atenciosamente,

[RAZÃO SOCIAL DA CONCESSIONÁRIA]

Nome:

Cargo:

De acordo:

Nome:

Cargo:

[AGENTE DEPOSITÁRIO]

na qualidade de Agente Depositário,

Nome:

Cargo:

SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA – SEMOBI

na qualidade de Depositante,

Nome:

Cargo:

[ÓRGÃO/ENTIDADE REPRESENTANTE DA UNIÃO NO TERMO DE COMPROMISSO]

na qualidade de Interveniente-Anuente,

Nome:

Cargo:

TESTEMUNHAS

1. _____

Nome:

RG:

2. _____

Nome:

RG:

ANEXO 01

DEFINIÇÕES

“Agente Depositário” significa a [qualificação da Instituição Financeira], qualificada no preâmbulo deste Contrato de Administração;

“Aportes Públicos” significa o montante de R\$ [●] ([●] reais), considerada a data-base de [●], mantido em depósito na Conta Vinculada e gerido pelo Agente Depositário, destinados à realização dos Investimentos Obrigatórios pela Concessionária no âmbito do Contrato de Concessão;

“Atestado de Completude” ou “Atestado de Completude de Marco Contratual” significa o documento formal, emitido pelo Verificador Independente em conformidade com o Contrato de Concessão, que informa a adequada e completa execução de determinado Marco Contratual pela Concessionária e que, uma vez ratificado pela Agência, enseja a liberação da parcela correspondente dos Aportes Públicos pelo Agente Depositário, de acordo com o procedimento descrito neste Contrato de Administração;

“Autoridade” significa qualquer órgão ou entidade da Administração Pública com competência sobre os Serviços de Transporte Público Metroferroviário, bem como qualquer parcela do Poder Judiciário que tenha competência para emitir decisões que envolvam qualquer das Partes;

“Beneficiária” significa a futura Concessionária, que será qualificada na forma do Termo de Adesão contido no Anexo A;

“Contrato de Concessão” significa o contrato de concessão patrocinada dos Serviços de Transporte Público Metroferroviário a ser celebrado entre o Poder Concedente e a futura Concessionária;

“Conta Vinculada” significa a conta bancária especial vinculada na modalidade *escrow* em que serão depositados os Aportes Públicos a ser aberta junto ao Agente Depositário e por ele gerida e administrada na forma deste Contrato de Administração;

“Contrato de Administração” significa o presente Contrato de Administração de Recursos;

“Controle”: significa o poder de determinar as decisões da assembleia geral de acionistas de uma companhia, seja em razão da propriedade de ações representando metade mais uma das ações com direito a voto, da participação em acordo de voto, ou de qualquer outra forma prevista em lei, nos termos do artigo 116 da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Para os fins do presente Contrato de Administração, os termos

“Controladora” e “Controlada” devem ser interpretados de acordo com a definição de Controle;

“Depositante” ou “Poder Concedente” significa o Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura – SEMOBI, qualificada no preâmbulo deste Contrato de Administração;

“Dia útil” significa qualquer dia, exceto sábados ou domingos em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou regulamento, estar abertos em tempo integral na cidade de Recife, Estado de Pernambuco;

“Agência” significa a Agência de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Estado de Pernambuco – ARPE, autarquia instituída pela Lei Estadual nº 12.524/2003 em regime especial, incumbida do controle, da fiscalização e da regulação da execução da prestação dos Serviços;

“Eventograma” significa o documento constante do Anexo 6 a este Contrato de Administração, correspondente ao Anexo 1-G do Contrato de Concessão, que relaciona cada um dos Marcos Contratuais de execução dos Investimentos Obrigatórios à parcela correspondente dos Aportes Públicos que será liberada pelo Agente Depositário à Beneficiária, uma vez comprovada a execução do Marco Contratual pela Concessionária e emitidos os Atestados de Completude pelo Verificador Independente e pela Agência;

“Interveniente” ou “União” significa a União Federal, por intermédio da [●], qualificada no preâmbulo deste Contrato de Administração;

“Instituição Financeira Nacional de Primeira Linha” significa uma instituição financeira brasileira, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil e que não esteja em regime de administração especial temporária nem em processo de liquidação, que detenha classificação de risco (*rating*) mínima de BR AA+, de acordo com a agência de classificação *Standard & Poors*;

“Investimentos Obrigatórios” significa o conjunto de investimentos a serem realizados pela Concessionária voltados à melhoria e expansão da Rede Metroferroviária, conforme previstos pelo Contrato de Concessão e seu Anexo 1, também elencados pelo Eventograma anexo a este Contrato de Administração;

“Marco Contratual” significa cada um dos marcos de implementação dos Investimentos Obrigatórios elencados no Eventograma anexo a este Contrato de Administração e no Anexo 1 do Contrato de Concessão, correspondente a uma parcela específica dos Aportes Públicos, a ser liberada à medida que seja atestada sua completude pelo Verificador Independente e ratificada pela Agência;

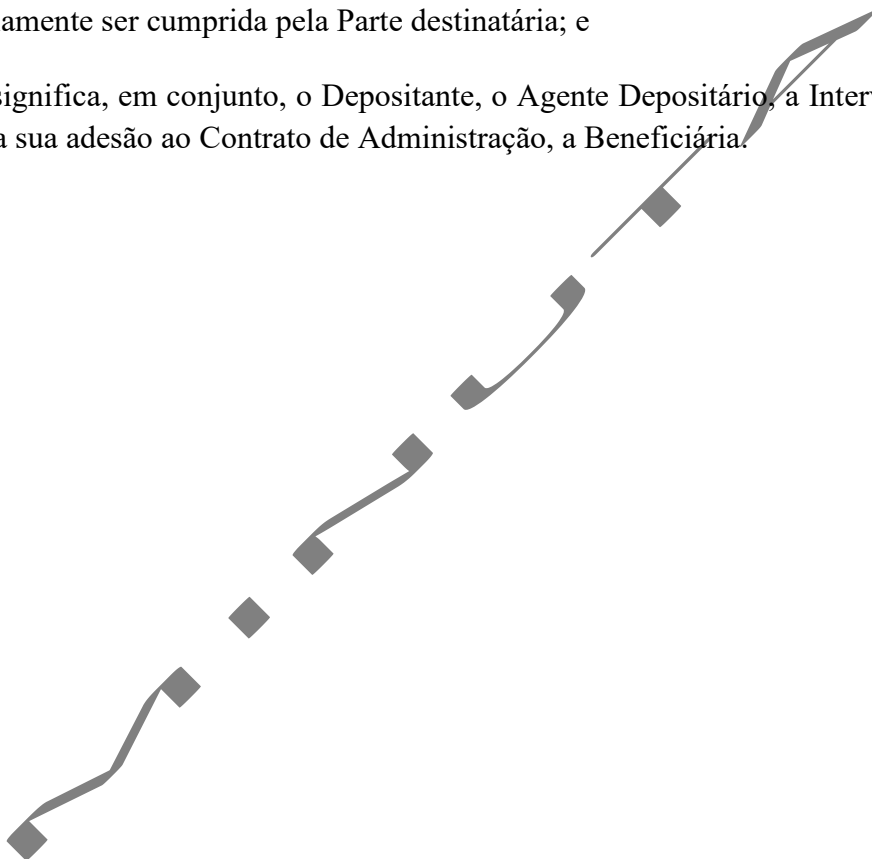
“Novo Agente Depositário” significa o sucessor do Agente Depositário, nomeado pelo Depositante com ciência da Beneficiária, após a renúncia ou a destituição do Agente Depositário, nos termos da Cláusula 19 do Contrato de Administração;

“Termo de Compromisso” significa o Termo de Compromisso firmado em [•] entre o Poder Concedente e a União, para a definição de aspectos relativos à disponibilização de recursos destinados ao pagamento dos Aportes Públicos para custeio dos Investimentos Obrigatórios da Concessão;

“Verificador Independente” significa a(s) empresa(s) contratada(s) pela Beneficiária para, dentre outros, atestar a adequação e completude de cada parcela dos Investimentos Obrigatórios na forma do Atestado de Completude de Marco Contratual para fins de liberação do montante correspondente dos Aportes Públicos;

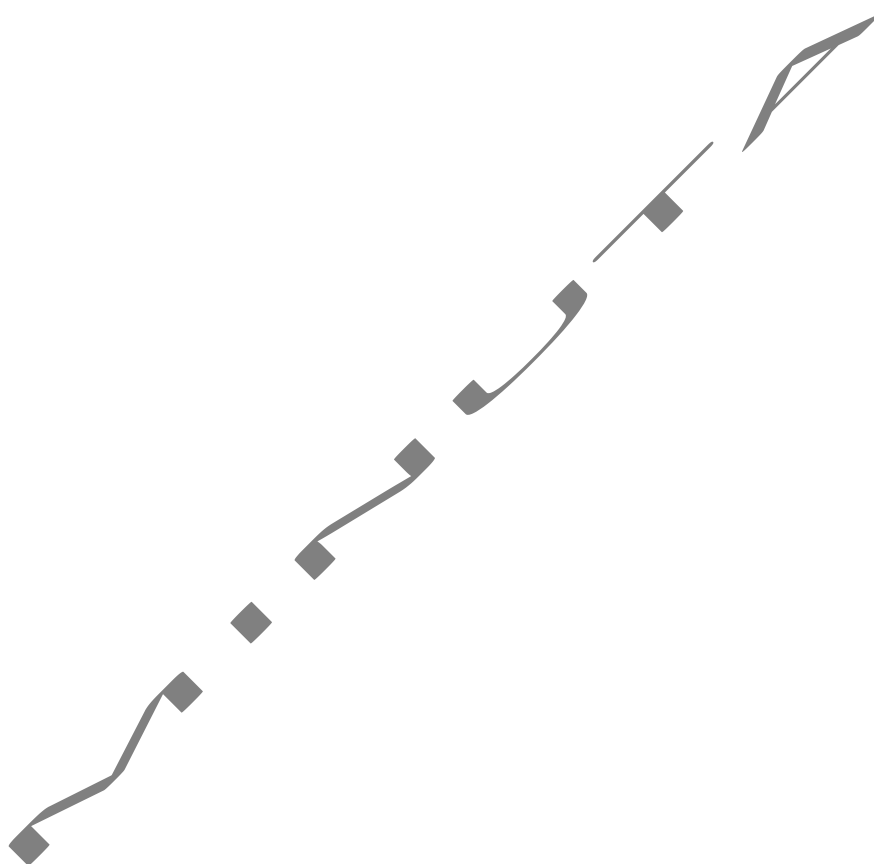
“Ordem Oficial” significa toda e qualquer ordem, decisão, liminar, sentença ou outra emitida por Autoridade regularmente investida de poderes para emití-la, e que deva obrigatoriamente ser cumprida pela Parte destinatária; e

“Partes” significa, em conjunto, o Depositante, o Agente Depositário, a Interveniente e, quando da sua adesão ao Contrato de Administração, a Beneficiária.



ANEXO 02

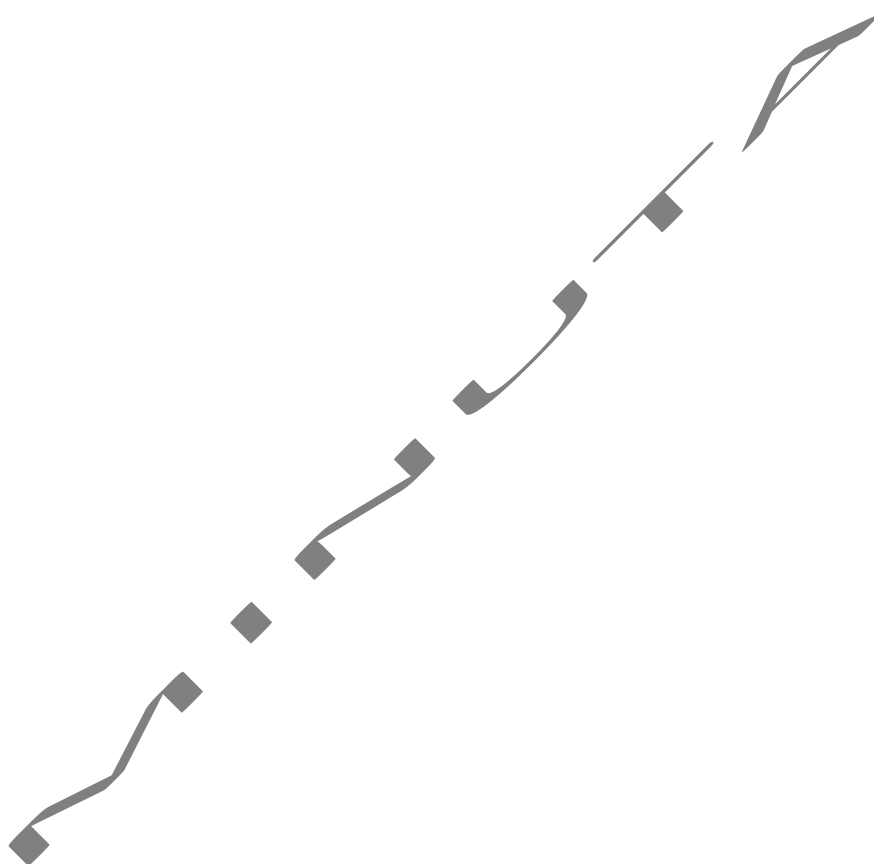
REMUNERAÇÃO DO AGENTE DEPOSITÁRIO



ANEXO 03

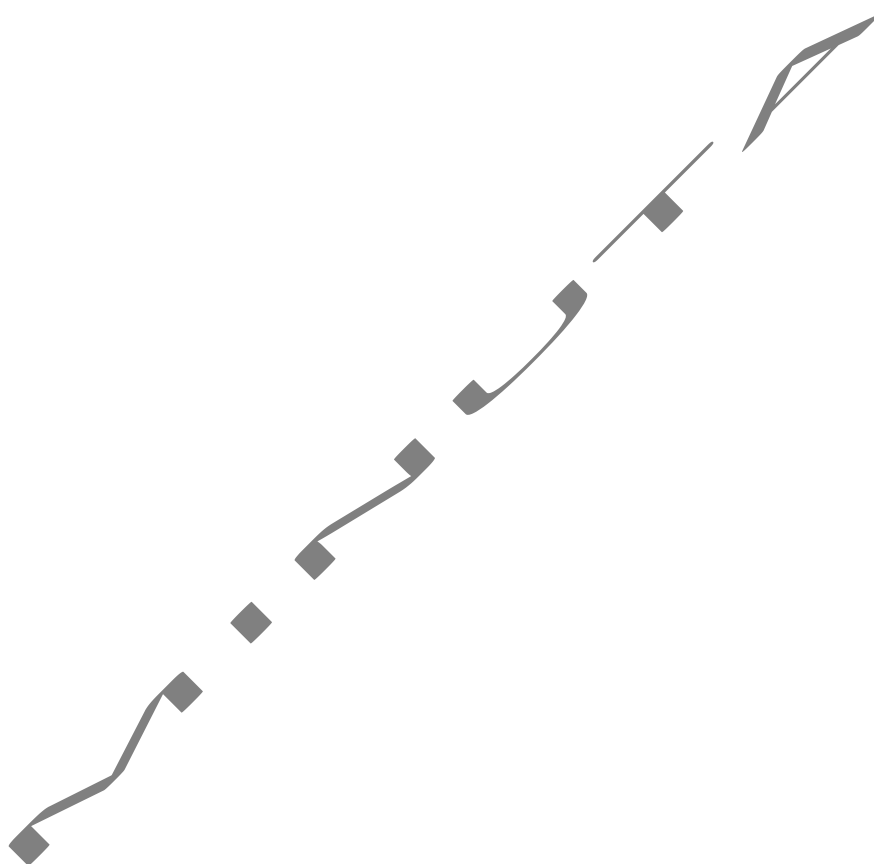
CONTA PARA DEPÓSITO DE VALORES

Banco	Agência	Conta corrente

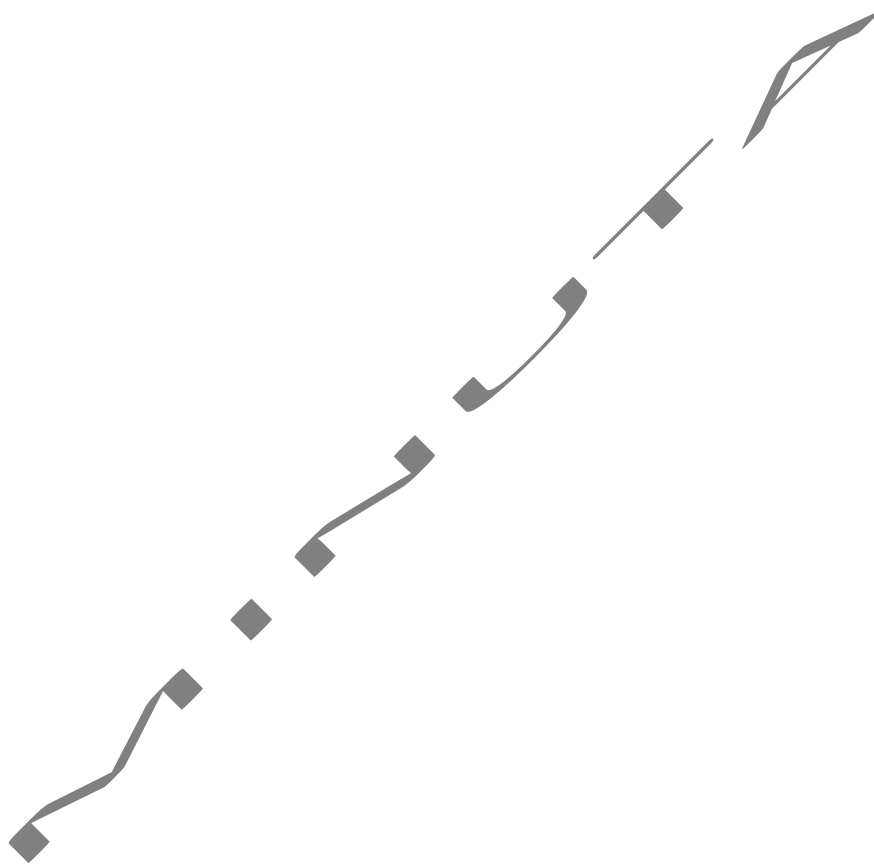


ANEXO 04

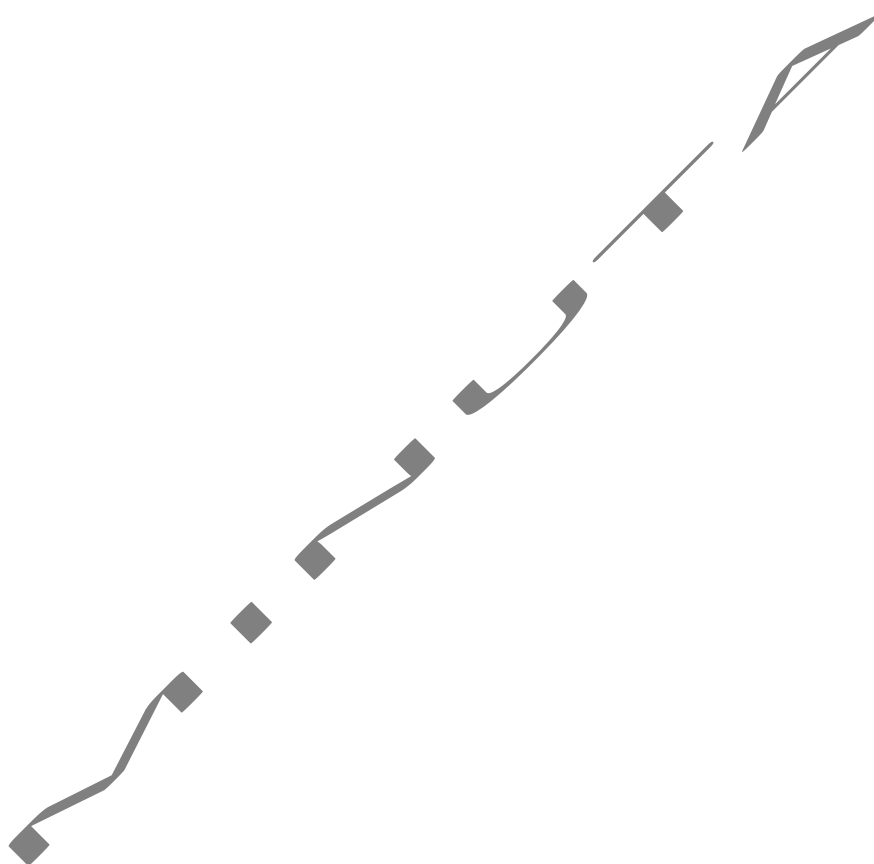
INVESTIMENTOS PERMITIDOS



ANEXO 05
EVENTOGRAMA



ANEXO 06
TERMO DE COMPROMISSO



ANEXO 07

ENDEREÇOS PARA ENVIO DE CORRESPONDÊNCIA

Para a Depositante:

A/C Sr.(a) [•], [endereço eletrônico]

[•]

Para o Agente Depositário:

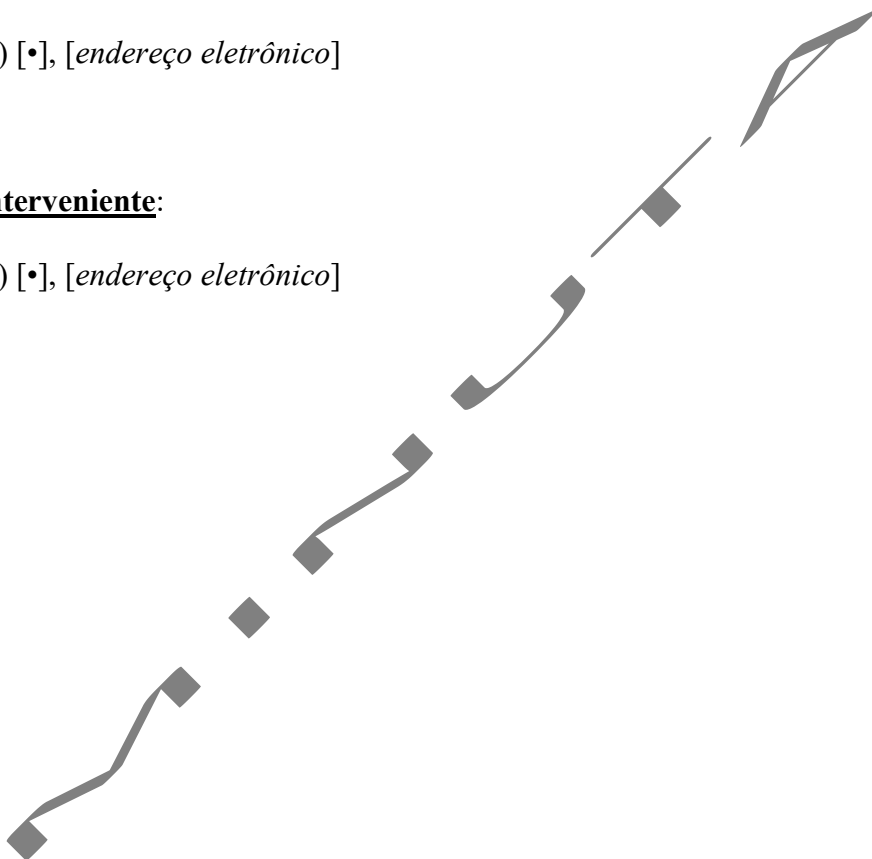
A/C Sr.(a) [•], [endereço eletrônico]

[•]

Para a Interveniente:

A/C Sr.(a) [•], [endereço eletrônico]

[•]



ANEXO 08

MODELO DE PROCURAÇÃO

1. Pelo presente instrumento de mandato, o Governo do Estado de Pernambuco, por intermédio da Secretaria de Estado de Mobilidade e Infraestrutura – SEMOBI, inscrita no CNPJ sob nº. [•], com sede na cidade de [•], Estado de [•], na [•], nº [•], bairro [•], neste ato representada pelo Sr.(Sra.) Secretário(a) [•], nomeado pela Portaria n.º [•], publicada no D.O.E em [•], portador(a) da matrícula funcional n.º [•], doravante designado “Outorgante”, neste ato nomeia e constitui [Instituição Financeira], doravante designado “Outorgado”, de forma irrevogável e irretratável como seu bastante procurador, com poderes para agir em seu nome e representação, com o fim de praticar todos os atos necessários relativos ao Contrato de Administração de Recursos, datado de [•], celebrado entre o Outorgante, o Outorgado e a União Federal, incluindo, sem limitação, poderes para:

- (a) gerir, em nome do Outorgante, a Conta Vinculada, podendo movimentar recursos, fazer pagamentos, realizar investimentos, fazer resgates, dentre outras operações admitidas no Contrato de Administração;
- (b) acatar ordens oficiais que digam respeito à Conta Vinculada, conforme descritas no Contrato de Administração, ainda que elas venham a ser posteriormente alteradas, revogadas ou, de outra forma, determinado como não tendo força ou efeito legal.

2. Os termos em letra maiúscula empregados, mas não definidos neste instrumento terão os respectivos significados a ele atribuídos no Contrato de Administração.

3. Os poderes ora outorgados são complementares e não cancelam ou revogam os poderes conferidos pelo Outorgante ao Outorgado no Contrato de Administração.

4. Este mandato é celebrado de acordo com o disposto no artigo 684 do Código Civil e, portanto, não pode ser revogado unilateralmente.

5. O presente instrumento de mandato será válido até que todas as obrigações atinentes ou relativas ao Contrato de Administração tenham sido integralmente cumpridas.

[local], [•] de [•] de 202[•]

**SECRETARIA DE ESTADO DE MOBILIDADE E INFRAESTRUTURA -
SEMOBI**

ANEXO 09

CONTRATO DE CONCESSÃO

